

Justiça Federal nega 4º pedido da Paper Excellence e mantém proibição da transferência da Eldorado



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Decisão do TRF-4 já havia sido mantida pelo STF e pelo STJ; vara que tomou a decisão recebeu o processo a pedido da própria estrangeira

A Justiça Federal do Mato Grosso do Sul negou nesta terça-feira (11) o requerimento da empresa sino-indonésia Paper Excellence para suspender a decisão que barra a transferência da Eldorado Brasil Celulose para a estrangeira. Essa foi a quarta tentativa fracassada da empresa de derrubar a decisão, que se baseia na ausência das autorizações prévias exigidas por lei para que a Paper Excellence assinasse o contrato de compra da Eldorado, empresa que controla cerca de 450 mil hectares de terras no país.

A Paper Excellence pediu a revogação da decisão do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), concedida em abril de 2024 e confirmada meses depois, em julho, pela 3ª Turma do Tribunal, que suspendeu qualquer ato de transferência de ações ou de poder de gestão da estrangeira sobre a empresa brasileira de celulose.

A decisão do TRF-4 se deu a partir de uma ação popular, que defende que a compra da Eldorado pela Paper Excellence deveria ter sido submetida à autorização prévia do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Congresso Nacio-

nal, uma vez que a Paper Excellence é estrangeira e a legislação brasileira exige que companhias de capital estrangeiro obtenham essas autorizações ao adquirir empresas brasileiras que sejam proprietárias ou arrendatárias de grandes extensões de terras.

Nesta terça, o juiz federal Roberto Polini indeferiu o pedido de revogação da decisão do TRF-4 e disse que não houve qualquer alteração do quadro fático e jurídico que justifique a revogação do entendimento do Tribunal, que está em vigor desde então. Polini lembrou ainda que a Paper Excellence nunca recorreu da decisão do TRF-4 ao próprio tribunal.

“A despeito da invocação das decisões noticiadas pela requerente, neste estágio processual não se vislumbra alteração do quadro fático e jurídico que justifique a modificação ou a revogação das tutelas deferidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região”, afirmou Polini.

O pedido foi apresentado à 1ª Vara Federal de Três Lagoas (MS) depois que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) atendeu a um pedido da própria Paper Ex-

cellence e determinou que a vara presidida por Polini, onde corre uma ação civil pública contra a Paper Excellence, tenha a competência provisória também sobre a ação popular na qual foi tomada a decisão do TRF-4.

Em dezembro, o ministro Gurgel de Faria, do STJ, suspendeu ambos os processos até o julgamento definitivo de um conflito de competência entre eles, alegado pela Paper Excellence. Enquanto isso, definiu que questões novas e urgentes devam ser julgadas por Três Lagoas. Na mesma decisão, o ministro também negou o pedido da empresa estrangeira pra suspender a decisão do TRF-4.

Má-fé e briga contra a Justiça

Com a decisão de Três Lagoas, a Paper Excellence soma quatro derrotas em tentativas de derrubar a decisão do TRF-4. Além da própria 3ª Turma do tribunal federal e do STJ, o STF (Supremo Tribunal Federal) já havia negado o mesmo pedido em uma ação na qual o ministro Nunes Marques seguiu a manifestação da PGR (Procuradoria Geral da Repúbli-

ca) e viu má-fé da Paper Excellence. A empresa estrangeira ajuizou duas reclamações paralelas com o mesmo pedido e tentou desistir de ambas assim que foram distribuídas para Nunes Marques.

Apesar de ter recorrido novamente à Justiça em Três Lagoas, a Paper Excellence recentemente afirmou à CCI (Câmara de Comércio Internacional) que não há “jurisdição neutra” no Brasil para julgar o caso da Eldorado. A estrangeira encaminhou uma petição ao órgão internacional para pedir a transferência da arbitragem sediada em São Paulo para Paris sob essa justificativa.

No documento, a empresa sino-indonésia criticou mais de 40 vezes a atuação de instituições brasileiras no litígio pelas ações da Eldorado. Na mira da Paper Excellence estão o TRF-4 e o STJ. O Supremo, por sua vez, ficou de fora da lista da estrangeira. Isso porque a empresa de origem chinesa omitiu as duas reclamações que ajuizou no STF e que aceitou participar de um processo de conciliação com a J&F Investimentos, na corte, para encerrar o litígio que já dura mais de seis anos.

PINGA-FOGO

■ **TRE-RJ ENGAJADO** - O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) foi o órgão da Justiça Eleitoral com o maior número de interações nas redes sociais em 2024. No ranking geral do Judiciário, o TRE-RJ conquistou o terceiro lugar nacional. O levantamento, realizado pela plataforma Social Media Gov, mede o engajamento do público nas páginas institucionais, considerando curtidas, compartilhamentos e comentários.

■ **Com um total de 1,4 milhão de interações, o TRE-RJ ficou atrás apenas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ficou na quarta posição.**

■ **COMBATE À BARULHEIRA** - Com cinco anos de atraso, a Prefeitura de Niterói enfim vai combater as motos com canos de descarga aberta que, desde a pandemia, infernizam o sono e a paz dos moradores da cidade, principalmente da orla marítima. Nesta quinta-feira (13), às 9h, começa, em Icaraí, em frente a Reitoria da UFF, a campanha educativa junto aos motoqueiros que mudam as características originais das motos. Na semana que vem, em convênio com o Detran e a PM, começa a repressão e apreensão das motos.

■ **A campanha, educativa e repressiva, será comandada pelo coronel Ruy França, que comandou vários batalhões da PM e até 31 de dezembro era vereador em Cabo Frio. Há seis anos, Luciano Mattos, então promotor do Meio Ambiente de Niterói, instaurou um inquérito civil para que a Prefeitura reprimisse as motos com cano de descarga aberta. O caso foi parar na Justiça e a Prefeitura sempre alegou que a repressão não era atribuição do município.**

■ **A luta contra as motos barulhentas foi lançada pelo jornalista aposentado Carlos Ruas, que foi o mais importante colunista social de Niterói em todos os tempos. Ele chegou a se mudar da Gavião Peixoto, em Icaraí, para a Região Oceânica, para ficar distante da barulheira promovida pelos motoqueiros sem noção.**

■ **REATIVADO** - O prefeito de Angra dos Reis, Claudio Ferreti, aproveitou o Encontro dos Novos Prefeitos e Prefeitas em Brasília (DF) para colocar a cidade em pauta e trouxe boas notícias: deu mais um passo importante para reativação da ferrovia Angra-Barra Mansa. Em reunião no Ministério dos Transportes, o Secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Cezar Ribeiro, confirmou que o trecho será o primeiro a ser contemplado com o chamamento público para empresas do setor que tenham interesse em administrar a malha ferroviária brasileira, como parte do Plano Nacional de Ferrovias. “É uma grande vitória. Com a ferrovia em funcionamento, o escoamento de produtos de Minas Gerais, como o café, será feito pelo corredor que começa na cidade de Varginha e termina no nosso porto, agilizando a exportação”, concluiu Ferreti.

■ **DEBATE POLÍTICO VIROU ‘BANANA COM CASCA’** - Em tempos em que governo e oposição disputam uma “guerra de bonés”, mais um ponto no rebaixamento do debate político. Para criticar a alta no preço dos alimentos, que hoje fustiga o governo Lula, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) publicou um vídeo nas redes sociais comendo uma banana com a casca. Disse ter consultado uma nutricionista, e que pode ser uma solução para tornar mais nutritivo o café da manhã nesses tempos de carestia. Com uma cara que demonstra a dificuldade em deglutir, admitiu: “Não fica tão bom, não”. O ministro dos Transportes, Renan Filho, respondeu em defesa ao governo. “Zema, suas redes sociais estão ficando cada vez mais teletubbie”. Teletubbie era um programa de televisão da década de 90 destinado a bebês.



Durante o Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, Eduardo Paes (Rio) participou de um café da manhã, na quarta-feira (12), com o secretário Nacional de Assuntos Federativos, André Ceciliano (e) e o presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes



Fotos CM



André Ceciliano (e) com a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães



O secretário Nacional de Assuntos Federativos, André Ceciliano, foi a estrela da reunião de prefeitos de todo o Brasil, realizado em Brasília

Fernando Molica

Donaldão, chefe da milícia americana

Mais do que presidente dos Estados Unidos, Donald Trump atua como uma espécie de chefe de milícia. A exemplo dos colegas cariocas, o hãmi impõe taxas aos produtos comercializados em seus domínios, ameaça invadir territórios alheios, seleciona quem pode entrar e sair de seu bunker.

Um repórter foi barrado em uma entrevista coletiva porque trabalha para a Associated Press, que se recusa a admitir um capricho do manda-chuva da, digamos, Irmãos Brancos do Norte (IBN), o de chamar Golfo do México de Golfo da América.

Por aqui, os donos dos pedações controlam o fornecimen-

to de luz, internet, garrações de água mineral e, caso clássico, botijões de gás. Donaldão, o Ruivo, prioriza aço e alumínio produzidos em sua área.

Diferentemente dos nossos milicianos, Donaldão foi eleito num país que desde sempre se achou no direito de mandar no mundo. A diferença é que, agora, o sujeito sequer disfarça suas intenções, trabalha na base do manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Por aqui, as milícias, nascidas em berço policial, primeiro conquistaram suas áreas na marra e só depois participaram para uma ocupação organizada da máquina pública, venceram eleições para o Legislativo e,

hoje, têm influência decisiva no universo político de muitos estados. Donos de grande parte dos votos de suas capitâncias, negociam com governantes com base neste capital político.

Donaldão, primeiro tratou de ficar rico, de demonstrar que seu dinheiro poderia comprar prédios, jóias, mulheres. Como os caras do Rio, gosta muito de investir no mercado imobiliário, tanto que conseguiu, de novo, o direito de ocupar a mansão mais cobiçada de Washington.

Por aqui, milicianos erguem edifícios residenciais e comerciais; definem quem pode morar em suas propriedades e impõem condições para quem quer vender produtos e serviços nas suas áreas.

Donaldão vai na mesma linha, ainda que de maneira mais ampla — manda pra casa quem não foi por ele autorizado a viver no seu país e trata de expandir seus horizontes imobiliários. Agora mesmo quer construir resorts em Gaza, ao lado de um território parça. Israel fez muitas demolições por lá, matou muita gente, abriu caminho pro amigão.

Não é de hoje que os Estados Unidos usam e abusam de seu big stick, o grande e fálco porrete que ameaça e, volta e meia, é usado mundo afora. Mas os caras costumavam ter algum cuidado na hora de utilizá-lo, falavam na defesa da democracia, dos valores cristãos,

no combate ao comunismo.

O fim da União Soviética e a conversão da China a um capitalismo que não ousa dizer seu nome acabaram com a desculpa do vale tudo contra os comunistas. O socialismo foi praticamente reduzido ao parque temático cubano e ao horror do campo de concentração nortecoreano. Hoje, a briga é comercial, tecnológica, sem disfarces.

O nazifascismo, outro inimigo do século XX, passou a se comportar melhor à mesa, reciclou o discurso a favor da família, recuperou parte da bênção em que era visto como opção ao comunismo. Aproximou-se do poder dominante, passou a usar sapatos finos no lugar de botas

— como no samba de Nelson Sargento, finge que mudou e muita gente finge que acredita.

De vez em quando, ocorre uma espécie de espasmo muscular, o braço direito é levantado com a palma estendida para baixo — mas acidentes acontecem, claro, seria absurdo chamar de nazista alguém que faz o gesto nazista.

Foi, no máximo, uma brincadeira devidamente digerida pelo chefe da IBN, a autodefesa comunitária deles (esta definição de milícia foi dada pelo então prefeito carioca Cesar Maia, um dos que prefeririam romantizar o domínio de áreas da cidade por grupos de policiais. Deu no que deu).